



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
27ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Av Rio Branco, 243, anexo II, 2º andar - Bairro: Centro - CEP: 20040-009 - Fone: (21)3218-8274 - www.jfrj.jus.br/juizos/paginas-das-varas/27vf/27vf - Email: 27vf@jfrj.jus.br

PROCEDIMENTO COMUM Nº 5098897-71.2021.4.02.5101/RJ

AUTOR: SOCIEDADE DE APOIO AOS DIREITOS HUMANOS

RÉU: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de ação pelo procedimento comum ajuizada pelo **MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - MNDH** em face da **UNIÃO FEDERAL** em que objetiva "*Seja determinado, LIMINARMENTE, que o Governo Federal (União) se abstenha de praticar qualquer ato institucional atentatório a dignidade intelectual da condição do Professor Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira, considerando os termos da Lei 12.612/12, estendendo-se referida decisão a todos os servidores públicos, autoridades ou membros do Governo Federal, sob pena de incorrer em multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).*" (Evento1, pág.18)

Alega que o contexto que envolve a presente Ação se apoia em movimentos desqualificadores dos agentes do Governo Federal contra Paulo Freire, educador e filósofo brasileiro, com falas ofensivas e em contraposição ao pedagogo ser Patrono da Educação brasileira.

Esclarece que Paulo Freire foi declarado patrono da educação brasileira em 2012, por meio da Lei Federal nº 12.612, mas recebe ofensivas e injustificadas críticas do governo federal e que tais manifestações não só se opõe à figura de Paulo Freire enquanto educador e patrono da educação, como aos projetos e programações a ele vinculados.

Afirma que em 2019, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) alterou a plataforma criada para os professores buscarem cursos de aperfeiçoamento profissional e retirou a homenagem ao educador Paulo Freire do nome – a "Plataforma Freire" passou a se chamar "Plataforma da Educação Básica".

Aduz que o Presidente da República também já defendeu, em seu plano de governo, "expurgar a filosofia freiriana das escolas" e o mentor intelectual do presidente, o ideólogo de direita Olavo de

Carvalho, também ataca o legado de Freire.

Relata que a metodologia de Paulo Freire vem sendo criticada por integrantes do governo federal, que atribuem a ela o baixo desempenho escolar do país em detrimento a maiores investimentos no setor e na formação continuada de professores.

Alega que nessa conjuntura, o governo federal vem afirmando arbitrariamente e publicamente que irá mudar o patrono da Educação brasileira, título conferido a Paulo Freire pela Lei Federal nº 12.612/2012 sancionada pela então Presidente Dilma Rousseff e vigente até os dias atuais.

Acrescenta que as manifestações são dadas por pessoas que desconhecem por completo a obra e o legado de Paulo Freire e se articulam para retirar-lhe o título de Patrono da Educação Brasileira, por meio de medida revogatória no Congresso Nacional, apesar da proximidade do centenário de Paulo Freire e todo seu legado deixado.

Sustenta que negar direitos como memória, cultura e educação é nocivo para o desenvolvimento do princípio democrático e da igualdade. Igualmente é negar as figuras e símbolos que esses o representam, e, para tal, não há exemplo ou paradigma melhor que Paulo Freire, razão pela qual ajuizou a presente demanda.

Inicial, com documentos. (Evento1)

Foi determinada a emenda da petição inicial, para apresentação de cópia de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ e comprovação da impossibilidade de se arcar com os encargos processuais. (Evento4)

Foi juntado comprovante de recolhimento de custas judiciais (Evento8), conforme certidão. (Evento10)

Foi determinado à parte Autora esclarecer a respeito da situação de inapto no CNPJ, dado o comprometimento da regularidade de sua representação processual. (Evento11)

Emenda da inicial informa que o motivo da inaptidão é devido a irregularidade do responsável perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ, tendo em vista que na Ata de Assembleia consta uma nova responsável e no CNPJ permanece o antigo diretor. Esclarece que realizou a solicitação junto à RFB, que hoje aguarda a homologação do pedido, como também a ativação do CNPJ. (Evento14)

Com efeito.

O educador e filósofo Paulo Freire foi declarado Patrono da Educação Brasileira pela Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012.

Paulo Freire esteve à frente de políticas como o Programa Nacional de Alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos e influenciou no movimento denominado pedagogia crítica.

No ano de 2021, comemora-se o centenário de nascimento de Paulo Freire para o qual seguem-se eventos de naturezas diversas.

Põe-se em evidência e em debate a atualidade das ideias de Paulo Freire para a educação, movimentos populares, movimentos culturais, além dos saberes políticos e pedagógicos que fundamentam suas obras e as práxis por ele produzidas.

Dentre os direitos expressos na Constituição Federal, a **liberdade de expressão** constitui direito fundamental, pois sua garantia é essencial para a dignidade do indivíduo e para a estrutura democrática do Estado Brasileiro.

As liberdades comunicativas viabilizam a participação política da população e tornam possível a interação social no que concerne à cultura, à economia, à religião e à educação.

Assim, em sede de cognição sumária, tem-se pela relevância do direito fundamental de liberdade de expressão na busca pela concretização dos princípios da dignidade da pessoa humana e do Estado Democrático de Direito.

Isto porque é livre a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, como garantido no art. 5º, IX, da Constituição Federal.

No entanto, da liberdade de manifestação do pensamento e de informação, decorre a responsabilidade de cada um pelos abusos que cometer.

A formação da opinião pública deve ser caracterizada pela pluralidade de expressão de diferentes setores da sociedade, inclusive das minorias, donde resultar a proteção ao direito da personalidade.

São garantidas liberdades, mas não sem limites, notadamente as advindas do poder público que venham a distorcer os princípio e garantias insculpidos na Constituição Federal.

Quando há abuso de direito pela expressão que ameace a dignidade, tem-se violação capaz de liquidar a finalidade da garantia constitucional, desfigurando-a.

No caso concreto, reconheço que há perigo de dano em não se observar o reconhecido por meio da Lei nº 12.612/12 em torno da figura do Patrono da Educação Brasileira, minimamente enquanto estiver em vigor.

Ante o exposto, por evidenciada a urgência contemporânea à propositura da ação, aliado ao perigo de dano e risco ao resultado útil do processo, **defiro a tutela de urgência** para determinar que a União Federal, e quem a represente a qualquer título, **abstenha-se** de praticar qualquer ato institucional atentatório a dignidade do Professor Paulo Freire na condição de Patrono da Educação Brasileira, como reconhecido pela Lei ° 12.612/12.

Comunique-se para cumprimento e cite-se a parte ré, oportunidade em que deverá especificar as provas que pretende produzir, com base no art. 336, do CPC.

Com a vinda da contestação, abra-se vista à parte autora, em réplica, pelo prazo de 15 (quinze) dias, momento no qual deverá indicar as provas que pretende produzir, justificando-as.

Após, venham os autos conclusos para decisão de saneamento e organização do processo, conforme art. 357 do CPC, se necessário, ou prolação de sentença.

Publique-se. Intimem-se.

GERALDINE VITAL

Juíza Federal

Documento eletrônico assinado por **GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO, Juíza Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc.jfrj.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **510006087236v15** e do código CRC **b added1766**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO

Data e Hora: 16/9/2021, às 18:39:26

5098897-71.2021.4.02.5101

510006087236.V15